

## **Diplomacias nas Américas: atores, práticas e redes (séculos XIX e XX)**

Gabriel Passetti<sup>1</sup>

Nicolás Arenas Deleón<sup>2</sup>

No continente americano, as relações entre diferentes sociedades, grupos políticos e Estados foram mediadas, em muitos momentos e locais, por pessoas consideradas diplomatas. As muitas e distintas diplomacias em execução ao longo dos últimos dois séculos envolveram personagens, estratégias e locais específicos das Américas, e é sobre eles que os artigos reunidos neste dossiê se debruçam, procurando ampliar o debate e apresentar as especificidades dessa região do globo.

Na construção do campo historiográfico ocidental, o espaço da História Diplomática foi central. No século XIX, tempo de criação de especializações no saber, da fundação de academias e espaços de debate intelectual na Europa e nas Américas e de construção de paradigmas científicos, de metodologias históricas e de nacionalismos, houve um foco considerável sobre um tipo de documento produzido e legitimador do Estado e seus agentes de formulação: os tratados internacionais (Saraiva, 2008). No caso latino-americano, são exemplos clássicos os políticos e intelectuais Bartolomé Mitre e Andrés Bello, com uma série de escritos sobre história, formação dos Estados e heróis nacionais, além de intensa atuação diplomática (Freitas Neto, 2011; Barcelos, 2023; Jáksic, 2001).

A crise dos regimes oligárquicos e a ascensão de novas forças políticas de massas nas primeiras décadas do século XX também levaram a um forte questionamento das tradições

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela USP. Professor de História das Relações Internacionais na UFF. Coordenador do LAHPIS – Laboratório de História da Política Internacional Sul-americana ([www.lahpis.uff.br](http://www.lahpis.uff.br)). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq nível 2 e bolsista JCNE Faperj. Coordenador do projeto “Conexões sul-americanas: diplomacia, intelectualidade e economia no longo século XIX”, financiado pelo edital Universal do CNPq. E-mail de contato: [gabrielpassetti@id.uff.br](mailto:gabrielpassetti@id.uff.br)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidad de los Andes, Chile. Atualmente executa o projeto “Del taller a la industria: el rol clave de los impresos educativos humanísticos en el desarrollo, crecimiento y transformación de la industria bibliográfica en Chile (1850-1900)”, com o financiamento do Fondo de Ayuda a la Investigación (FAI) da Universidad de los Andes. E-mail de contato: [nicotab@gmail.com](mailto:nicotab@gmail.com).

historiográficas sustentadoras daqueles regimes, fosse nas Américas ou na Europa. Essas críticas associaram aquela antiga escrita da História aos regimes políticos anteriores, ao conservadorismo, a um tipo de historiografia nacionalista, a uma leitura tradicional das fontes e, em especial, aos documentos oficiais tão privilegiados por aquele tipo de produção (Gonçalves, 2007). Assim, ao longo de praticamente todo o século XX, os estudos dos diplomatas e das diplomacias ficaram restritos a círculos intelectuais bastante específicos, muitas vezes vinculados a pesquisas promovidas pelos próprios diplomatas ou pelas academias de formação diplomática, como o caso brasileiro do Instituto Rio Branco ou a *Academia Diplomática del Perú*, por exemplo.

A renovação historiográfica do final do século abriu espaço para uma nova História Holítica (Rémond, 1996) e trouxe novas questões para pesquisas sobre o Estado, os políticos, a política e a burocracia estatal, levando a reaproximações e novos olhares sobre os diplomatas e as diplomacias (Garavaglia; Pro Ruiz, 2013), bem como a novos olhares e metodologias sobre as fontes e os arquivos diplomáticos (Ortemberg, 2020). Nessa ampliação de agentes e recortes, logo apareceram a atuação de agentes não-estatais e um retorno às fontes clássicas da diplomacia, porém com olhares críticos e não apenas de legitimação de discursos nacionais e pleitos em disputas territoriais (Stephanson, 1998). Desse olhar renovado surgiram muitas novas questões sobre os sistemas montados para a manutenção ou contestação da ordem internacional, as estratégias adotadas para a expansão ou a resistência a modelos culturais, a atuação ativa de diplomatas formais ou informais na estruturação e na contestação do sistema internacional (Plummer, 2005).

São muitos os campos abertos a essa Nova História Diplomática: estudos sobre a formação, atuação e inserção política e cultural de diplomatas, outros sobre a construção e expansão de redes diplomáticas, as conexões entre o Estado e companhias privadas, entre a diplomacia e outros órgãos de governo, além de uma história social da diplomacia, contemplando redes de sociabilidade e estudos de gênero. Essa ampla gama de novas questões dialoga com a expansão da área de Relações Internacionais, com os complexos diálogos entre aquela área e a de História (Hobson; Lawson, 2008) que levaram à consolidação de um campo de pesquisas em História das Relações Internacionais e Política Externa (Bukovansky; Keene; Reus-Smit; Spanu, 2023).

As aproximações, nem sempre simples, entre essas duas grandes áreas do conhecimento são marcadas por desconfianças mútuas, muitos usos instrumentais das teorias e metodologias, mas também por avanços e pesquisas interessantes sobre diplomatas e diplomacias. Os espaços de debates englobam a tradicional, politicamente poderosa e centenária revista estadunidense *Foreign Affairs* e a também muito longeva e acadêmica *Diplomatic History*, publicada desde a década de 1970 pela *Society for Historians of American Foreign Relations* (SHAFR). Na América Latina, a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) se destaca pelo pioneirismo, publicando desde 1958, quando ainda era vinculada ao Instituto Rio Branco. O movimento de abertura internacional após a Guerra Fria levou a revista à UnB e, em outros países, estimulou periódicos semelhantes como *Relaciones Internacionales*, da Universidad Nacional de La Plata, além do surgimento de associações de área nos mais diversos países.

Em todos esses espaços, aparecem os dilemas, aproximações e distanciamentos entre História, Relações Internacionais e a nova área de História das Relações Internacionais. Se esse convívio já é instável e oscilante em temas mais próximos das teorias das relações internacionais, mostra-se ainda mais quando se trata de pesquisas sobre diplomacias nas Américas, seus atores, práticas e redes.

O debate sobre esse campo específico foi bastante renovado e ampliado nas últimas décadas. O recorte pela visão estatal sobre esse tipo de atividade e personagens é o predominante nas pesquisas, visto que a diplomacia ainda é uma atividade bastante destacada dos Estados e seus agentes são os diplomatas. Nessa chave interpretativa, eles são os responsáveis pelo estabelecimento de contatos e negociações, pela representação política e pelas interações com outros governos, com os quais são mantidas relações, seja as bilaterais ou as multilaterais, além daqueles nas organizações internacionais (Sharp, 1999).

Os diplomatas são atores políticos essenciais para a construção de pontes entre os diferentes povos, pela articulação de laços de amizade, ou seja, pela consolidação de uma sociedade internacional (Watson, 1982), mas também pela execução de pressões, apresentação de ultimatos e, de forma não declarada, eventualmente a articulação com grupos locais contra o governante no poder (Hall, 2000). Dessa forma, pesquisas sobre a geografia da diplomacia (Van der Wusten; Denmark; Hoffmann; Yosten, 2010) e sobre os locais escolhidos para se estabelecerem legações e embaixadas ajudam a compreender os objetivos políticos e as

estratégias de inserção dos Estados nas relações internacionais (Biaggi, 2023), perspectivas até recentemente ignoradas, dialogando com áreas como Geografia, Arquitetura e Urbanismo, por exemplo.

Entre os países americanos, desde as independências, esse tipo de função esteve a cargo do binômio clássico das relações internacionais: os diplomatas e os militares (Rodrigues, 2010). A atuação desses dois tipos de agentes da política externa na articulação de alianças, na declaração e operação de guerras e nas negociações de paz foi fundamental, sendo marcante nas pesquisas recentes do campo (Rubilar Luengo, 2022). As atuações no exterior desses personagens passaram a ser gradativamente reguladas, tornando-se atividades burocráticas, respondendo assim a estruturas estatais mais claramente organizadas e profissionalizadas (Kloster, 2023). Desde o início do século XIX, mas com mais intensidade a partir das décadas finais, o advento das conferências internacionais e depois a criação da primeira organização internacional do mundo (o Bureau das Repúblicas Americanas, logo União Panamericana, depois Organização dos Estados Americanos) demonstram a intensidade das relações internacionais no continente, a presença da atividade diplomática e a crescente especialização do fazer diplomático e de um tipo específico de funcionário público. Elas também levaram à abertura para outras pessoas de origens distintas e não necessariamente vinculadas oficialmente a algum governo.

Em pesquisas sobre esses personagens da política externa, seus agentes levaram a debates com diferentes subáreas da História, como as Histórias da Cultura, Intelectual, das Ideias, a Sociologia Histórica e a História Econômica. Nesses diálogos, ficou cada vez mais claro como aqueles homens tinham múltiplas funções (Silva; Passetti, 2022). São inúmeros os casos de intelectuais diplomatas, de artistas diplomatas e engajados em diplomacia cultural, de intelectuais como mediadores culturais e das intensas e extensas redes de sociabilidade por eles constituídas entre as elites dos países que os recebiam (Shimazu, 2019). Essas poderiam ser elites políticas, econômicas, culturais e/ou intelectuais, não necessariamente todas e nem nessa ordem, o que levou à consolidação de um campo de pesquisas caracterizado como História Social da Diplomacia.

As análises sobre os períodos no exterior daqueles agentes da política externa e suas interações com as sociedades que os recebiam estabeleceram pontes com as análises sobre

relatos de viajantes (Pratt, 1999; Junqueira, 2011), procurando entendê-los enquanto personagens e agentes importantes para as Histórias Conectada, Transnacional, Global e/ou Atlântica (Prado, 2005; Weinstein, 2013; Rojas, 2016). Essa ampliação do entendimento do que é ser um diplomata, de seus campos de atuação e inserção, dos resultados e produtos de suas estadias no exterior e de suas atividades diplomáticas, mantém globalmente o foco sobre os agentes oficiais do Estado.

No entanto, é preciso destacar que as pesquisas sobre diplomacias nas Américas, seus atores e práticas, também demonstram a existência de uma série de redes e contatos estabelecidos por agentes informais ou então com parceiros não reconhecidos formalmente enquanto atores estatais. Aí se inserem desde investigações sobre diplomacia econômica e financeira e dos agentes financeiros (Miranda, 2023), aquelas sobre redes informais estabelecidas em momentos de crise e guerra civil, até a diplomacia com os povos indígenas (Tamagnini, 2019).

A atuação das mulheres está entre as atuações informais, que gradativamente se tornaram formais, mais exploradas recentemente pela historiografia. Novos olhares sobre as fontes tradicionais, associados a outras documentações, possibilitaram desvelar as atuações de poderosas mulheres sem acesso a cargos, mas atuantes em relações internacionais, além das ações de esposas, filhas e irmãs, tanto na articulação de aproximações quanto nos cotidianos das legações, bem como as organizações femininas que atuaram internacionalmente pela paz, por melhores condições de trabalho, por exemplo, (Bruno; Pita; Alvarado, 2021) ou na denúncia e no combate às ditaduras.

Este dossiê reúne nove artigos que examinam diversas facetas da ação diplomática nas Américas entre os primórdios da vida independente, durante as primeiras décadas do século XIX, até a década de 1960. A partir de abordagens político-militares, econômicas ou culturais, cada um expõe as práticas heterogêneas de representantes estatais ou não estatais para a construção de vínculos em diversas escalas (local, regional e transnacional). Também ficam marcantes suas influências nas decisões ou agendas nacionais – sempre em tensão entre os processos de construção nacional e de institucionalização do serviço diplomático – e a tessitura de redes de sociabilidade com pares (outros diplomatas contemporâneos) ou com as elites locais dos seus destinos.

Para além das especificidades temáticas, das coordenadas geográficas que percorrem e da cronologia que gerem, todos os artigos têm três elementos comuns que se observam quando se atenta para o dossiê de forma transversal. Em primeiro lugar, ficam evidentes os potenciais dos estudos diplomáticos para analisar a história americana durante os últimos dois séculos. Os avanços historiográficos permitem, sem dúvida, como revelam os textos, superar a velha história factual para assumir interpretações e análises mais ricas e amplas que superem o nacionalismo metodológico, comprometam-se com a interdisciplinaridade e, dessa forma, revelem novas chaves sobre os acontecimentos do passado.

Em segundo lugar, os artigos revelam a pluralidade de fontes existentes para abordar a vida e as práticas diplomáticas. A partir de relatórios, ofícios e informes, correspondências trocadas entre emissários de diferentes nações ou partilhadas entre indivíduos, imprensa diária e periódica e memórias privadas, descobrimos a polifonia de vozes que surgem em torno dos acontecimentos da diplomacia. Atitudes, decisões ou sentimentos estão coletados nesses documentos que ficam preservados em arquivos e bibliotecas. Além disso, essas pesquisas não se comprometem apenas a dar visibilidade a novas fontes, mas também a recuperar algumas já abordadas pela historiografia anterior, mas evidenciando a diversidade de leituras que existem em torno delas.

O dossiê abre com o artigo “Entre salões e banquetes: vivências intercontinentais de diplomacia feminina (1850-1917)”, de Melissa Vicente. Nele, a autora examina os mecanismos de participação das mulheres na diplomacia, constituindo assim uma contribuição relevante para a introdução do gênero como categoria analítica. Há dois casos que Vicente utiliza para refletir essas formas de atuação: o de Madame de Hegermann-Lindencrone, esposa do representante dinamarquês nos Estados Unidos, e o de Edith O’Shaughnessy, esposa do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos no México. Ela utiliza os escritos e diferentes fontes para torná-los visíveis e compreender como a organização de banquetes, recepções ou jantares, bem como a sua participação nestes, permite entendê-las como sujeitos com agência, decisivas na articulação de quadros relacionais de âmbito diverso. Dessa forma, percebe-se não só a necessidade de continuar a aprofundar a trajetória e a ação destas e de outras “embaixadoras diplomáticas” – nos termos de Paula Bruno (2022) –, mas também as possibilidades para se

conhecer, a partir das suas próprias experiências, os mecanismos a partir dos quais se construiu essa diplomacia não oficial.

A partir daí, o foco geográfico do dossiê se orienta para a região do rio da Prata, central na reflexão da maior parte do conjunto de artigos. “O Império do Brasil e a diplomacia no Prata: a missão de Antônio Manuel Correia da Câmara nas Províncias Unidas do Rio da Prata (1822-1823)”, de Luan Siquiera inaugura essa série. O texto explora a situação política em nível regional para compreender o papel de Antônio Correia da Câmara como agente para o reconhecimento da independência do Brasil, bem como para negociar o estabelecimento de vínculos comerciais com os territórios das Províncias Unidas e do Paraguai. Assim, com base na documentação oficial existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, Siquiera mostra como esse comerciante precisou manobrar com habilidade para cumprir sua missão em meio às disputas internas e à relutância das Repúblicas em relação ao governo do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, dá conta das distâncias entre a política projetada pelo Imperador e o seu círculo próximo e a prática diplomática, em que Câmara teve de procurar a construção de agendas comuns (a aliança contra uma possível reconquista europeia) e tentar encontrar, em meio ao conflito, interlocutores válidos para negociar.

Juliana Sabatinelli, em seu artigo “A agência diplomática do argentino Tomás Guido no Império do Brasil (1841-1850)”, explora essa relação bidirecional entre o Império e as Repúblicas do Prata. Ela analisa a atuação do diplomata argentino na Corte do Rio de Janeiro para a assinatura de um tratado de aliança entre ambos os governos em relação à questão uruguaia. A partir da análise de cartas pessoais e de documentação oficial, Sabatinelli pretende examinar como Guido se insere na rede diplomática estabelecida naquela cidade (tanto na sua relação com o governo, quanto no que diz respeito a outros emissários lá estabelecidos, como o uruguaio Andrés Lamas), bem como a maneira com que articula ao seu redor vínculos que lhe permitem avançar nas negociações em meio ao cerco à cidade de Montevideú e à disputa entre *blancos* e *colorados* (além dos confrontos entre unitários e federais) pelo controle do território do Estado Oriental. Ao mesmo tempo, a autora aprofunda a utilização do conceito de americanismo no discurso de política externa do governo de Rosas, o que, mais uma vez, mostra o ideal de um projeto confrontado por uma conjuntura complexa de disputas constantes pelo exercício da soberania.

O problema da “questão uruguaia” também aparece no artigo de Pedro Gustavo Aubert intitulado “A política do Império do Brasil para a República Oriental na primeira metade do XIX: neutralidade, intervenção e tutela”. O texto propõe que a diplomacia brasileira em relação ao Uruguai tenha se articulado em torno de três tipos de relações: neutralidade, intervenção e proteção. Ao examinar um variado corpo documental – oficial e correspondência produzida nas esferas pública e privada pelo Ministro Paulino Soares de Souza –, o autor traça um exaustivo percurso historiográfico que dialoga com o relato histórico por meio da atuação política do Império sobre a situação do rio da Prata, em geral, e do Uruguai, em particular. Dessa forma, observa-se como as três formas de intervenção política propostas se alternam para se imporem no território oriental – diante do enfraquecimento da Confederação devido às disputas internas entre unitários e federais e entre a capital e as províncias –, contra o qual exerceria uma influência político-econômica durante grande parte do século XIX.

Essa influência econômica na região é analisada por Talita Alves de Messias em “Estados e banqueiros: o entrelaçamento de interesses entre o Império do Brasil e Mauá na bacia do rio da Prata na década de 1850”. O artigo mergulha na história regional para notar como a aliança entre o governo imperial e o financista Irineu Evangelista de Souza, Barão e logo Visconde de Mauá, foi essencial para a concretização da “diplomacia do patacão”, pela qual o Brasil, por meio de uma política de empréstimos, exerceu um domínio econômico constante sobre o seu vizinho do Sul. A guerra gerou a dívida e foi aí que se forjou a ação da diplomacia financeira brasileira. O escrito apresenta um profundo estudo econômico que mostra como Mauá passou de “financiador clandestino do Império” para gestor de uma empresa financeira sob a proteção das autoridades do Rio de Janeiro nas duas margens do rio da Prata para intervir economicamente, como primeiro passo antes de assumir uma influência política nas Repúblicas vizinhas.

O artigo “‘A questão oriental é a do futuro do Rio Grande’: a província do Rio Grande do Sul e a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (1860-1864)”, de Daniel Rei Coronato e Rafael Tamae, também percorre a região, mas apresenta uma proposta analítica distinta. O texto traça um percurso preciso e detalhado pelos antecedentes da crise do início da década que culminou no conflito armado contra o Paraguai, a fim de elucidar, por meio da análise de documentação oficial e material de imprensa, o papel do Rio Grande do Sul como ator influente na política



externa do Império. Segundo os autores, as fragilidades jurídicas que cercaram a criação do Estado Oriental, a porosidade de uma fronteira aberta entre os dois territórios, as constantes guerras civis e o distanciamento do centro político imperial, deram às elites gaúchas a possibilidade de se transformarem em atores centrais para política e economia do Prata. Esse cenário também levou à formação de uma diplomacia própria em constante tensão e/ou diálogo com a Corte Imperial, procurando influenciar as ações externas do Imperador em relação ao Uruguai. Dessa forma, o artigo reconhece a necessidade de uma visão que não simplifique a política externa de um país, mas sim que reconheça e problematize as dissensões e diálogos internos, buscando maior atenção às políticas regionais ou locais em suas relações com o poder central na busca por consensos.

O conflito em que as forças conjuntas do Império do Brasil, da Confederação Argentina e do Estado Oriental do Uruguai enfrentaram o Paraguai constitui o pano de fundo da análise de Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva em “‘O marinheiro é a crisálida do diplomata’: Atuação do Vice-Almirante Tamandaré no caso de trânsito do Ministro dos Estados Unidos da América Charles A. Washburn na Guerra da Tríplice Aliança”. A sua reflexão se orienta para o estudo da atuação do oficial de Marinha Joaquim Marques Lisboa como agente essencial para garantir o trânsito pela região, durante a situação de guerra, do Ministro dos Estados Unidos Charles Ames Washburn. A documentação oficial oferece à autora a possibilidade de demonstrar como a Marinha de Guerra se constituiu como uma “força versátil”, capaz de funcionar ao mesmo tempo como instrumento coercivo e agente diplomático, abrindo assim novas perspectivas de análise dessa força.

Os dois últimos artigos reconhecem a política norte-americana em relação ao resto do continente como tema central das suas reflexões e indicam a profunda transformação nas relações interamericanas desde o fim da Guerra Civil Americana. “Pan-americanismo em ação: práticas políticas e diplomacia na América (1889-1917)”, de Leonardo Novo, tenta compreender como o pan-americanismo é heterogêneo (e os diversos usos do termo) como prática política no final do século XIX e início do século XX. O estudo mescla reflexão teórica com estudo de caso sobre as discussões em torno da participação do Brasil na Primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Washington no final de 1889. O texto expõe os

debates internos e os receios contra a potência do Norte, contrastando essas opiniões com as diretrizes emanadas dos Estados Unidos para ir além da simplificação de visões sobre o assunto. Em segundo lugar, e como encerramento do dossiê, temos “*An intellectual at the service of the United States hegemony: Lincoln Gordon and the Alliance for Progress in Brazil – a case study*”, de Pedro Oliveira e Beatriz Machado Lima. Os autores, com base na obra de Gordon, examinam sua atuação como representante do governo norte-americano no Brasil durante a década de 1960. A partir dos pressupostos teóricos de Antonio Gramsci (especialmente a partir dos conceitos de intelectual orgânico e de hegemonia), Oliveira e Lima compreendem a função essencial do diplomata para fortalecer a influência norte-americana no continente e, particularmente, na região no contexto da Guerra Fria.

A publicação deste dossiê reflete a riqueza das pesquisas sobre diplomacias nas Américas. As interpretações, a partir de diversos paradigmas teóricos, com a utilização de metodologias de trabalho inovadoras e a incorporação de corpos documentais pouco explorados ou ainda desconhecidos, indicam um caminho fértil a seguir nesse campo da disciplina. Esse conjunto de textos dá conta das inúmeras maneiras pelas quais os pesquisadores atuais e futuros podem abordar os estudos diplomáticos nas Américas durante os séculos XIX e XX.

Esta edição conta com 4 artigos livres e uma resenha. Dois manuscritos tratam de disputas no campo intelectual latino-americano da segunda metade do século XX. Mariana Villaça e Sílvia Miskulin, em “O caso Padilla em Cuba: debates na história e na tela de cinema”, analisam a explosiva condenação e confissão do poeta cubano Herberto Padilla, em 1971, episódio considerado um marco para o endurecimento do regime. As autoras trazem, ainda, um inovador estudo de uma das mais recentes representações sobre o evento, o documentário *O Caso Padilla* (Pavel Giroud, 2022). Nesses elementos, as memórias e a representação do caso, residem a maior originalidade de um artigo que contribui para a compreensão de um dos mais importantes embates na política cultural cubana.

Por sua vez, “Poder e persuasão: a relação complexa entre literatura e política no México de Carlos Fuentes e Luis Echeverría (1970-1976)”, artigo de Júlio Zampietro, lida com as complicadas e, por vezes, contraditórias relações entre intelectuais e o Estado mexicano pós-revolucionário, tema consolidado na historiografia sobre a Revolução. Entretanto, o autor se desloca para um período que recebeu menos atenção pelos seus pares, os anos 1970, e trata de

compreender a atuação do escritor Carlos Fuentes em sua complexidade. Zampietro recusa o que Quentin Skinner definiu como *mito da coerência* e explora os cambiantes posicionamentos de Fuentes em relação ao Presidente Luis Echeverría, que combinavam certo ceticismo em relação ao poder, um receio pela escalada da violência e um apoio crítico ao Presidente eleito.

O artigo de João Paulo Martins Faria, intitulado “O “comunista” e os “últimos cavaleiros”: representações sobre Martin Luther King Jr. e o FBI nas cartas de civis para John Edgar Hoover (1962-1971)”, traz uma interessante contribuição para a historiografia brasileira acerca da trajetória de Martin Luther King Jr., bem como sobre o papel dos serviços de inteligência na vigilância e repressão aos movimentos pelos direitos civis. Martins Faria vai além das constatações sobre a perseguição ao icônico pastor e busca compreender como suas representações racistas e anticomunistas elaboradas por Edgar Hoover, diretor do FBI, organizam um relato que permitiu que a sociedade estadunidense criasse sentido para os conflitos nos quais vivia que legitimasse a ação repressiva do Estado sobre um líder que, hoje, é tido como autoridade inquestionável.

O último artigo livre, redigido por Fábio Luis Barbosa dos Santos, trata de um recente fenômeno entre as direitas latino-americanas, o *bukelismo*. Em “El Salvador sob Bukele: entre o desejo autoritário e o medo”, o autor discute como os limites da política progressista e os desencantos com a democracia permitiram a ascensão de um regime autoritário, mas altamente popular. Em intricada análise, Barbosa dos Santos demonstra como a espetacularização política promovida por Nayib Bukele se fomenta a partir de uma profunda desconfiança dos salvadorenhos com os principais partidos que regiram o país após a Guerra Civil, com o desejo de segurança mesclado ao apoio a políticas punitivistas, com a ideia de que é possível reordenar o tecido social por meio da violência contra os elementos “indesejados”. A popularidade de Bukele, potencializada por uma meticulosa curadoria das redes sociais, e as duras medidas tomadas contra as “maras” criam as bases para que, paulatinamente, o governo passasse a prescindir do próprio apoio popular.

Por fim, incluímos a resenha de Maria Clara da Siveira Prado e Figueiredo sobre o livro *Chilean New Song and the Question of Culture in the Allende Government. Voices for a Revolution*, de autoria de Natália Schmiedecke e publicado por Lexington Books em 2022. Desejamos uma excelente leitura!

## Referências bibliográficas

BARCELOS, Ana Paula. Escrita da História, diplomacia, sociabilidades e circulação de ideias entre o Brasil e o Prata: Mitre, Lamas, Paranhos e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1870). **Claves – Revista de Historia**, Montevideú, v. 9, n. 17, p. 1-25, 2023.

BIAGGI, Marcus Vinicius C.. Park Crescent, Regent's Park, and the Spaces of Brazilian Diplomacy in London, 1822-1829. **Almanack**, Guarulhos, v. 34, p. 1-32, 2023.

BRUNO, Paula; PITA, Alexandra; ALVARADO, Marina. **Embajadoras culturales**. Mujeres latinoamericanas y vida diplomática, 1860-1960. Rosário: Prohistoria, 2021.

BUKOVANSKY, Mlada; KEENE, Edward; REUS-SMIT, Christian; SPANU, Maja (Ed.). **The Oxford Handbook of History and International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

FREITAS NETO, José Alves. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 74-89, 2011.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; PRO RUIZ, Juan (Ed.). **Latin American bureaucracy and the State building process (1780-1860)**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Org.). **História das Relações Internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 13-41.

HALL, Michael R. **Sugar and power in the Dominican Republic: Eisenhower, Kennedy, and the Trujillos**. Westport: Greenwood, 2000.

HOBSON, John M.; LAWSON, George. What is History in International Relations? Millenium: **Journal of International Relations**, Thousand Oaks, v. 37, n. 2, p. 415-435, 2008.

JÁKSIC, Iván. **Andrés Bello: scholarship and nation-building in nineteenth-century Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena

(Org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: DH/FFLCH/USP; Humanitas, 2011, p. 44-61.

KLOSTER, Mariano. La política exterior de las Provincias Argentinas. Algunos elementos para considerar su materialidade a partir de la Ley Diplomática (1826). In: MOREA, Alejandro; MAZZONI, María Laura (Coord.). **El siglo XIX argentino**. Un laboratorio de experimentación política. Mar del Plata: EUDEM, 2023, p. 195-223.

MIRANDA, José Augusto Ribas. **Os bons devedores. Brasil e Peru na formação do mercado global de capitais, 1850-1880**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2023.

ORTEMBERG, Pablo. Los archivos diplomáticos y la historia cultural de las relaciones internacionales: centenarios patrios conectados entre Argentina, Brasil, Chile y Perú. **Revista Electrónica de Fuentes y Archivos REFE**, Córdoba, v. 11, p. 87 – 106, 2020.

PLUMMER, Brenda Gayle. The Changing Face of Diplomatic History: A Literature Review. **The History Teacher**, Long Beach, vol. 38, n. 3, p. 385–400, 2005.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e política nas relações internacionais**. São Paulo: Educ, 2010.

ROJAS, Daniel Emilio (Édit.). **Amérique Latine Globale. Histoire connectée, globale et internationale**. Paris: L'Harmattan, 2016.

RUBILAR LUENGO, Mauricio. **La Prusia americana: Chile y sus relaciones internacionales durante la guerra y posguerra del Pacífico (1879-1891)**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SHARP, Paul. For diplomacy: representation and the study of international relations. **International Studies Review**, Oxford, v. 1, n. 1, p. 33-57, 1999.

SHIMAZU, Naoko. What is sociability in diplomacy? **Diplomatica: journal of diplomacy and society**, Leiden, v. 1, p. 56-72, 2019.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; PASSETTI, Gabriel (Org.). **Nas teias da diplomacia: percursos e agentes da política externa brasileira no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

STEPHANSON, Anders. Commentary: Diplomatic History in the Expanded Field. **Diplomatic History**, Oxford, v. 22, n. 4, p. 595-603, 1998.

TAMAGNINI, Marcela. Articulaciones múltiples en la frontera sur cordobesa y Mamüel Mapu (1836-1851). **Frontera Norte**, Tijuana, v. 31, p. 1-23, 2019.

WATSON, Adam. **Diplomacy: the dialogue between States**. Boca Ratón: Routledge, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 14, p. 9-36, 2013.